

## COLUNA DO CASTELLO

### Arinos não conhece a Comissão Arinos

**M**ESTRE Afonso Arinos está muito preocupado com o anúncio de que se organiza no Ministério da Justiça uma relação de membros da comissão que se incumbiria de elaborar um projeto de Constituição. Ele tinha um entendimento sobre esse assunto com o falecido Tancredo Neves e esperava que seu amigo, o Presidente José Sarney, que pretende designá-lo presidente da referida comissão, o consultasse sobre a composição de um órgão cujos trabalhos deverão ter a sua direção e cujo desfecho será uma redação que ele pretende dar do anteprojeto, ainda que submetendo o texto a especialistas em língua portuguesa e filologia.

Ele não aceita integrar ou presidir comissão composta sem prévia consulta e coloca sua disposição de colaborar no nível da Presidência da República e não no nível do Ministério da Justiça, o que não representa qualquer restrição ou despreço pela pessoa do Ministro Fernando Lyra, com quem já teve oportunidade de trocar impressões sobre esse assunto.

A elaboração do novo texto constitucional está, aliás, sendo atropelada pelas emendas que foram aprovadas sem prévio debate, e sem que elas decorressem de decisão prévia de lideranças. Foi de certo modo um trabalho amadorístico, justificável pela pressa de deputados e senadores em eliminar obstáculos à eleição da Constituição, à liberdade de organização partidária e a outras medidas que parecem mais urgentes. A adoção do voto do analfabeto, a decisão de transformar em direta a eleição presidencial — que representa um anseio nacional — seriam, por exemplo, examinadas com mais rigor, com melhor técnica e com mais propriedade por uma Assembléia Constituinte, que irá definir as linhas gerais das novas instituições.

A Constituinte poderá, por exemplo, fazer uma opção pelo sistema parlamentarista de Governo e, se tal coisa ocorrer, o que não é impossível e que poderá ser um assunto posto na campanha eleitoral, o que foi feito até aqui teria de ser refeito. Os compromissos básicos de reforma não se situam na área deste Congresso, mas da Assembléia Constituinte. Esse, o compromisso básico de Tancredo Neves com os partidos que o apoiaram e com a opinião pública.

A precipitação do atual Congresso poderá esgotar neste ano e no próximo a pauta reservada para a Constituinte, a qual teria de trabalhar sobre hipóteses não previstas de transformações sócio-econômicas muito mais profundas do que aquelas que estão na base do pacto da Aliança Democrática. Afinal de contas, a futura Assembléia deverá ter um papel e se se antecipa o que lhe estava reservado, outro deverá surgir e transformar-se no centro, não de uma conciliação nacional, mas de um aprofundamento das linhas divisórias da sociedade brasileira, o que talvez esteja na linha de intenção de algumas forças que precipitam as mudanças.